

Educação e desenvolvimento

HELOISA MOREL
Diretora executiva do Instituto Península

A relação entre educação e desenvolvimento não é nova. Desde a década de 1960 temos estudos que procuram estimar os retornos econômicos dos investimentos feitos em educação. Desde o nível do indivíduo, com dados sobre acréscimo de renda e empregabilidade a cada ano adicional de estudo, até os benefícios para a sociedade — quanto maior a escolaridade média maior o Produto Interno Bruto (PIB) — fica evidente que um olhar estratégico para a educação é necessário para o desenvolvimento de um país.

Dado que essas conclusões não são novas, qual a relevância dessa discussão neste Dia da Educação? A resposta é simples: sua urgência. Vivemos, nos últimos anos, uma crise sanitária que disparou muitas outras: éticas, políticas, econômicas e sociais. Segundo relatório de abril de 2021 da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), a extrema pobreza alcançou em 2020, na América Latina, níveis que não foram observados nos últimos 20 anos. Assim, como consequência da prolongada crise sanitária e social da pandemia da covid-19, a taxa de extrema pobreza na América Latina teria sofrido um aumento de 13,1% em 2020 e, no ano seguinte, em 2021, atingindo 13,8% da população, o que representa retrocesso de 27 anos.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), a pandemia puniu de forma mais dura os trabalhadores com pouca instrução, com redução em 2020, de 17,1% de postos de trabalho para pessoas sem instrução e com o ensino fundamental incompleto, e de 14,8% para o grupo com fundamental completo e ensino médio incompleto. A recuperação do mercado de trabalho no período pós-pandemia está sendo liderada pelo setor informal e pelos empregos de baixa qualidade. Em julho de 2021, o emprego formal representava 4,8% e o informal, 5,4% abaixo do nível pré-pandemia.

Outro dado preocupante, divulgado em maio de 2021 pela FGV Social, é que um quarto dos jovens brasileiros entre 15 e 29 anos formam hoje o grupo nem, nem — nem estuda, nem trabalha — jovens que largaram os estudos, mas que também não entraram no mercado de trabalho. Enquanto isso, oportunidades estão sendo desperdiçadas. Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), a previsão é de que até 2025 o país abrirá cerca de 797 mil novos postos de trabalho na área de tecnologia, com um déficit de aproximadamente 300 mil profissionais dessa área até 2024.

Não existe hoje país algum no mundo que cresça desconsiderando a educação como parte importante da equação do enfrentamento da desigualdade e aceleração do desenvolvimento. Porém, existe uma pergunta central a responder: como investir em educação visando ao desenvolvimento do país?

Pesquisas recentes comprovam o que deveria ser uma conclusão óbvia: é investindo na valorização e no desenvolvimento de professores que alcançaremos os resultados que tanto esperamos. Está nos professores o caminho para a educação de qualidade que será capaz de preparar nossos jovens para os desafios de um mundo volátil, incerto e extremamente complexo.

Muito conseguiremos avançar se a profissão docente for atrativa para os jovens que terminam o ensino médio; se a formação inicial preparar para os desafios reais das salas de aula; se a remuneração e as condições de trabalho forem justas e adequadas; se existir um plano de desenvolvimento pessoal e profissional que permita que os professores se sintam potentes, preparados, apoiados e, consequentemente, satisfeitos.

O mundo contemporâneo exige profissionais qualificados, criativos, flexíveis, capazes de reinvenção constante. Precisa, com a mesma urgência, de cidadãos responsáveis, comprometidos, empáticos e tolerantes. Isso estará cada vez mais distante do Brasil e da grande maioria dos brasileiros se políticas econômicas e educacionais não forem pensadas em estreita relação, compondo um plano estratégico para alcançarmos um país mais próspero, mais justo e menos desigual.